



Texto para Discussão 013 | 2019

Discussion Paper 013 | 2019

A GUERRA DE TODOS CONTRA TODOS E A LAVA JATO: a Crise Brasileira e a vitória do Capitão Jair Bolsonaro

Eduardo Costa Pinto

*Professor do Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Membro do Grupo de Análise Marxista Aplicada (GAMA)*

José Paulo Guedes Pinto

*Professor do Bacharelado de Relações Internacionais na Universidade Federal do ABC
Membro do Grupo de Análise Marxista Aplicada (GAMA)*

Alexis Saludjian

*Professor do Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Membro do Grupo de Análise Marxista Aplicada (GAMA)*

Isabela Nogueira

*Professora do Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Membro do Grupo de Análise Marxista Aplicada (GAMA)*

Paulo Balanco

*Professor do Faculdade de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFBA
Membro do Grupo de Análise Marxista Aplicada (GAMA)*

Carlos Schonerwald

*Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Membro do Grupo de Análise Marxista Aplicada (GAMA)*

Grasiela Baruco

*Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Membro do Grupo de Análise Marxista Aplicada (GAMA)*

A GUERRA DE TODOS CONTRA TODOS E A LAVA JATO: a Crise Brasileira e a vitória do Capitão Jair Bolsonaro

Maio, 2019

Eduardo Costa Pinto

*Professor do Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Membro do Grupo de Análise Marxista Aplicada (GAMA)*

José Paulo Guedes Pinto

*Professor do Bacharelado de Relações Internacionais na Universidade Federal do ABC
Membro do Grupo de Análise Marxista Aplicada (GAMA)*

Alexis Saludjian

*Professor do Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Membro do Grupo de Análise Marxista Aplicada (GAMA)*

Isabela Nogueira

*Professora do Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Membro do Grupo de Análise Marxista Aplicada (GAMA)*

Paulo Balanco

*Professor do Faculdade de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFBA
Membro do Grupo de Análise Marxista Aplicada (GAMA)*

Carlos Schonerwald

*Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Membro do Grupo de Análise Marxista Aplicada (GAMA)*

Grasiela Baruco

*Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Membro do Grupo de Análise Marxista Aplicada (GAMA)*

This paper can be downloaded without charge from

<http://www.ie.ufrj.br/index.php/index-publicacoes/textos-para-discussao>

Resumo

O capitalismo brasileiro atravessa, desde 2015 até hoje (2019), uma de suas maiores crises que ocorre simultaneamente nos planos da acumulação, da cena política e das instituições. Este artigo analisa a crise entre o *impeachment* da Dilma Rousseff, em 2016, até a vitória eleitoral do Capitão Jair Bolsonaro, em 2018. Busca-se evidenciar como os problemas da acumulação – fruto do aumento da luta entre capital e trabalho, de empecilhos na realização das mercadorias e dos efeitos externos – se avolumaram transformando-se numa crise estrutural devido a incapacidade do Estado em reverter essa trajetória. Essa dificuldade estatal decorre (i) do “consenso da insensatez” econômica dos setores dominantes, (ii) do deslocamento do “centro de poder” do Estado brasileiro para as mãos da operação Lava Jato, e (iii) da perda de legitimidade das instituições. Parte significativa dessa dificuldade é fruto do mecanismo de combate a corrupção (flexibilização do regramento legal e geração de instabilidade) utilizado pela Operação Lava Jato. Esse mecanismo, quando posto em movimento, gerou uma guerra de todos contra todos no país, em que os interesses externos são os maiores beneficiados.

Palavras-chave: Crise; Acumulação; Bloco no poder; Lava Jato; Jair Bolsonaro

Abstract

Brazilian capitalism traverse from 2015 until today (2019), one of its greatest crisis that occurs simultaneously in the plans of accumulation, the political scene, and institutions. This paper analyzes the crisis between Dilma Rousseff's impeachment in 2016 and the election victory of Captain Jair Bolsonaro in 2018. It seeks to show how the problems of accumulation - the result of an increasing conflict between capital and labor, of obstacles in the realization of merchandises and of external effects - have grown into a structural crisis due to the State's inability to reverse this trajectory. This Government-level difficulty stems from (i) the economic "consensus of foolishness" of the dominant sectors, (ii) the displacement of the "power center" of the Brazilian state into the hands of the Lava Jato ("Car Wash") federal police operation, and (iii) the loss of legitimacy of institutions. A significant part of this difficulty is the result of the anti-corruption mechanism (relaxation of legal regulation and generation of instability) used by Lava Jato. This mechanism, when set in motion, has generated a war of all against all in the country, in which foreign interests are the biggest beneficiaries so far.

Keywords: Crisis; Accumulation; Power Bloc; Operation Car Wash; Jair Bolsonaro

JEL: H100, N40

1 Introdução

O capitalismo brasileiro atravessa, desde 2015 até o momento em que escrevemos este artigo (maio de 2019), uma de suas maiores dificuldades históricas. Uma crise que ocorre simultaneamente nos planos da acumulação, da cena política (sistema partidário, partidos e representação) e das instituições.

A crise ganhou um caráter estrutural que tornou os atuais instrumentos econômicos e políticos disponíveis insuficientes para geri-la e debelá-la. Nesse contexto, as forças sociais (frações de classe do bloco de poderⁱ, representantes da cena política e da burocracia estatal – procuradores, juízes e integrantes das Forças Armadas –, classes médias, classe trabalhadora organizada e não organizada) não necessariamente atuam de forma articulada e muitas vezes movem-se por interesses imediatos (individuais ou corporativos) dispersos.

Isso ocorre em virtude (i) da separação expressiva entre o “poder de classe” (bloco no poder) e o “poder de Estado”, conforme apontou Marx (2011) no *18 Brumário de Luís Bonaparte*, e da (ii) perda de legitimidade das instituiçõesⁱⁱ, que continuam existindo materialmente, mas perdem a capacidade de reduzir incertezas e incentivar os avanços das ações humanas econômicas, sociais e políticas coordenadas. Com isso, impede-se qualquer padrão de formação de expectativas econômicas e políticas a respeito do *devoir*, criando um encurtamento das decisões e dificultando tanto os investimentos como a formação de consensos políticos mínimos.

Diante disso, este artigo analisa a crise brasileira entre o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, até a vitória eleitoral do Capitão Jair Bolsonaro, em 2018. Busca-se evidenciar como os problemas da acumulação – fruto do aumento da luta entre capital e trabalho, de empecilhos na realização das mercadorias e dos efeitos externos – se avolumaram transformando-se numa crise estrutural devido a incapacidade do Estado em reverter essa trajetória. Essa dificuldade estatal decorre (i) do “consenso da insensatez” econômica dos setores dominantes, (ii) do deslocamento do “centro de poder”ⁱⁱⁱ do Estado brasileiro para as mãos da operação Lava Jato^{iv}, e (iii) da perda de legitimidade das instituições. Parte significativa dessa dificuldade é fruto do mecanismo de combate a corrupção (flexibilização do regramento legal e geração de instabilidade) utilizado pela Lava Jato.

Esse mecanismo, quando posto em movimento, gerou uma guerra de todos contra todos no país, em que os interesses externos são os maiores beneficiados.

Os resultados da operação Lava Jato expuseram as vísceras da relação entre o Estado e sua burocracia e parte do bloco no poder (frações de classe proprietárias de grandes corporações) do capitalismo brasileiro. Tais vínculos têm sido historicamente marcados por relações não republicanas envolvendo financiamento de campanhas partidárias, obras públicas e mudanças regulatórias em prol dos interesses capitalistas em suas relações com a cena política e o Estado. Para muitos integrantes da força tarefa o combate a corrupção estaria supostamente refundando o Brasil.

Cabe observar que esse tipo de relação não se restringe ao capitalismo brasileiro e que as especificidades brasileiras, em comparação com os países centrais, resultam das peculiaridades do processo de formação histórica das classes e das suas frações capitalistas brasileiras – marcadas pelo caráter escravocrata, antirreformista e antinacional – e de suas conexões com o Estado nacional. O traço característico dessa configuração é o “jeitão”, nos termos de Oliveira (2012), que implica na burla por parte dos setores dominantes (incluindo aí as classes médias de alta renda) das regras (flexibilizando as leis ou criando outras) para manter o seu *status quo*.

2 Crise de acumulação e bloco no poder

Após um período longo de crescimento do PIB (3,5% em média ao ano entre 2003 e 2013), com melhora distributiva e redução da pobreza, a economia brasileira contraiu-se abruptamente em 2014 e, a partir de 2015, enfrentou uma recessão (queda acumulada de 6,9% entre 2015 e 2016) com uma lenta recuperação do crescimento entre 2017 e 2018 (crescimento acumulado de 2,2%). A retração dos investimentos, o motor de arranque do crescimento, foi ainda maior (queda de 28% no acumulado entre 2014 e 2018), conforme pode ser visto na Tabela 1.

Tabelas 1 – Variáveis econômicas selecionadas: Brasil – 2011/2018

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
PIB variação real (%) (IBGE)	4,0	1,9	3	0,5	-3,5	-3,3	1,1	1,1
PIB per capital variação real (%) (IBGE)	3,1	1	2,1	-0,3	-4,4	-4,1	0,3	0,3
FBCF variação real (%) (IBGE)	6,9	0,8	5,8	-4,2	-14,1	-12	-2,5	4,1
Taxa de desocupação (%) (PNAD contínua)	-	-	7,2	6,8	8,3	11,3	12,8	12,3
Pessoas desocupadas (mil) (PNAD contínua)	-	-	6.991	6.657	8.305	11.430	13.188	12.782

Fonte: IBGE. Elaboração própria

Essa queda na acumulação provocou uma expressiva deterioração dos indicadores sociais, sobretudo, no emprego. Os desocupados saltaram de 6,9 milhões, em 2013, para 12,7 milhões, em 2018, o que implicou na elevação da taxa de desocupação (de 7,2% para 12,3% na mesma comparação). A crise econômica brasileira criou as condições (recessão, desemprego, falências de empresas, desalento) para que as crises política e institucional prosperassem, sendo que estas, quando se ampliaram, passaram também a afetar negativamente a economia. Há, portanto, uma retroalimentação entre as crises em suas diversas dimensões, sem que necessariamente os fatos geradores das crises nos planos econômico, político e institucional tenham sido os mesmos.

2.1 A luta pela apropriação da renda entre o capital e o trabalho

No plano econômico, a crise brasileira suscitou um amplo debate a respeito de suas causas. As interpretações variaram desde os enfoques neoclássicos de que a crise seria fruto do intervencionismo estatal (“nova matriz econômica”) e do desequilíbrio fiscal, até

os mais heterodoxos, que viam a crise como uma decorrência da redução dos gastos autônomos (investimento e gastos do governo) ainda em 2011 e/ou das políticas contracionistas adotadas em 2015/2016^v.

No campo heterodoxo, as interpretações sobre as causas da crise econômica, quase sempre, ficam circunscritas à discussão sobre acertos e erros da política econômica – dado o tipo de inserção externa brasileira –, como se o Estado brasileiro possuísse autonomia plena, diante das classes sociais, para comandar a acumulação. Mas somente em situações específicas o Estado possui esse tipo de autonomia, tais como em momentos de: profunda mobilização popular, de contextos autoritários em que ocorrem expressivas fusões entre o privado e o público, de situações de sólidas alianças interclasses ou em momentos de expressiva redução do poder dos segmentos dominantes, seja em virtude de depressões econômicas ou de estados de guerra.

O Estado não dispõe de um poder pleno, pois ele é a expressão das relações de exploração e dominação da sociedade dividida em classes e frações. Segundo esta perspectiva, o Estado: 1) é um campo e um processo estratégicos onde se entrecruzam núcleos e redes de poder das frações de classe do bloco no poder em suas disputas internas e com outras classes ou frações da sociedade; 2) é guiado por meio de uma combinação da autonomia relativa e da subordinação de determinados interesses de classe, interesses estes que são direcionados para o “centro de poder” do Estado; e 3) funciona como um elemento endógeno ao processo de acumulação do capital e de dominação de classe por meio do binômio repressão e ideologia (POULANTZAS, 1985; OLIVEIRA, 2004; PINTO & BALANCO, 2014; CODATO & PERISSINOTTO, 2001).

Nessa linha, a adoção de determinada política econômica não consegue ser explicada apenas pelo desenho de especialistas (no âmbito da teoria econômica) – como um campo destituído, à moda positivista ou lógico dedutiva, de qualquer juízo de valor – uma vez que uma escolha econômica expressa, em boa medida, os interesses, as influências e os conflitos entre as frações dos setores dominantes, bem como da maior ou menor autonomia relativa dos centros de poder do Estado.

É evidente que houveram erros políticos e macroeconômicos no governos Dilma – e que não foram poucos – que afetaram negativamente o processo de acumulação e aceleraram

a desestruturação da gestão estatal do PT (Partido dos Trabalhadores), a qual se orientou pela conciliação de classes tanto na esfera da acumulação (buscando manter a lucratividade e os ganhos salariais) como na capacidade de controlar os movimentos sociais. Esses erros aceleraram a ruptura da gestão petista conciliadora, mas não foram as causas geradoras, pois a mudança no cenário externo, os efeitos cíclicos da acumulação e a ampliação da luta de classes impediram a manutenção dessa estratégia sem gerar maiores desequilíbrios macroeconômicos (PINTO et. al., 2016; BOITO, 2012).

Entre 2010 e 2014, o governo Dilma manteve a linha geral da gestão estatal petista de conciliação de classes, configurada nos governos Lula, mas adotou mudanças no *mix* de política econômica (redução da taxa Selic em 2012; desvalorização cambial; ampliação das isenções fiscais para os empresários industriais; redução das tarifas de energia elétrica e preço dos derivados de petróleo; desaceleração dos gastos e investimentos públicos) com o objetivo de estimular o crescimento economia via investimento do setor privado. Para isso, buscou reduzir o papel dos investimentos e dos gastos da administração pública como motor de arranque da demanda agregada. Esses estímulos (pelo lado da oferta) estavam alinhados com a agenda dos industriais, especialmente a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

O novo *mix* de política econômica, porém, não obteve os resultados esperados em termos de crescimento, pois os estímulos não impulsionaram os investimentos privados no montante suficiente para compensar a redução dos componentes autônomos da demanda. Além disso, a economia já estava desacelerando em virtude da piora no cenário externo (após 2011) e dos impactos econômicos da operação Lava Jato. Segundo estimativas de Borges (2017), pesquisador do IBRE/FGV: “entre 40 e 60% da desaceleração do crescimento do PIB brasileiro em 2012-2016 parece ter refletido fatores exógenos (internacionais e domésticos [sobretudo impactos da Lava Jato]), outros 30% decorreram de uma provável subestimação do crescimento neste período. O restante (cerca de 10% a 30%) poderia ser atribuído a erros de política e a outros fatores não identificados claramente”.

A piora do cenário externo após 2011 foi ainda reflexo dos efeitos da crise internacional de 2008 em virtude da desaceleração da China e do retorno das políticas de austeridade

na Europa e nos países da periferia. Tal situação gerou dificuldades na realização das mercadorias no plano do mercado mundial, impactando na queda dos preços e das quantidades das *commodities* que o Brasil exporta. Isso provocou uma reversão dos termos de troca brasileiro (queda de 21% entre 2011 e 2015) que afetou negativamente a renda, o balanço de pagamentos, o câmbio e os investimentos, sobretudo os das indústrias de *commodities* intensivas em capital (petróleo e gás, siderurgia, papel e celulose, mineração, etc.) que possuem importante participação na economia brasileira.

Em linhas gerais, os estímulos governamentais (isenções fiscais e redução dos custos de energia e combustíveis) – a despeito de não terem estimulado os investimentos privados –, por um lado, desaceleraram a queda nas taxas de lucros em curso desde 2011 e, por outro, conseguiram sustentar e expandir, temporariamente, o emprego e os salários. O resultado disso foi a redução da capacidade fiscal do governo que passou a utilizar com maior amplitude a “pedalada fiscal” – retardar o repasse aos bancos públicos e privados para efetuar o pagamento de despesas do governo.

No que tange às taxas de lucros, verificou-se uma redução nas taxas de rentabilidade dos setores econômicos mais relevantes entre 2011 e 2014, com a exceção do setor bancário-financeiro e do setor de alimentos e bebidas. Ao se comparar esse período com 2007-10, verifica-se que as taxas de rentabilidade média anual sobre os patrimônios líquidos das 500 maiores empresas (não financeiras), das construtoras (seis maiores do setor), da produção de petróleo e coque (Petrobras) e das empresas de fabricação de aços e derivados (as seis maiores do setor) caíram de forma expressiva, como pode ser visto na Tabela 2.

Tabela 2 - Rentabilidade sobre o patrimônio líquido (%) – 2007 a 2014; médias anuais

	500 maiores empresas (não bancárias)	Setor bancário-financeiro	6 maiores construtoras	Automóveis e ônibus	6 maiores Alimentos e Bebidas	Petróleo, gás, refino e coque (Petrobrás)	6 maiores siderúrgicas
2007-10	10,1	20,7	15,9	64,4	11,6	18,4	21,1
2011-14	5,3	21,5	10,6	32,0	14,9	4,0	1,5

Fonte: Revista Exame (Maiores e Melhores). Elaboração própria.

Cabe observar que a expectativa de lucro futuro (obtido após a produção e a venda das mercadorias), que leva em conta variações na taxa de lucro presente, é o guia das decisões capitalistas de produzir e investir. Nesse sentido, um aumento (uma queda) na taxa de

lucro corrente melhora (piora) as expectativas da lucratividade que tendem a afetar positivamente (negativamente) os planos de investimento das empresas implicando na ampliação do produto e o emprego. Portanto, a taxa de lucro é uma variável central para a tomada de decisão de investir das empresas, sendo determinada pelo padrão de progresso técnico e pela luta de classe entre capital e trabalho (THEODOSIO, 2019).

No que diz respeito ao emprego e à renda, as isenções governamentais dadas aos empresários foram negociadas como contrapartida da manutenção do emprego nas indústrias beneficiadas, reduzindo ainda mais a taxa de desocupação que já vinha declinando. Com isso, materializou-se a incorporação de uma enorme massa de “ex-condenados” do sistema, nos termos de Fernandes (1981), à condição de assalariados ou proletários, reduzindo o exército industrial de reserva brasileiro (a taxa de desocupação alcançou 6,8% em 2014 vide Tabela 1). Consequentemente, aumentou o poder dos trabalhadores em sua luta pela maior apropriação da renda (Segundo o DIEESE, o número de greves no setor privado alcançou o total de 1.106 em 2013 – maior valor nos últimos 25 anos).

Este cenário, associado aos aumentos dos salários mínimos dados pelo governo (expansão real de 11% no acumulado 2011 e 2014), implicou no aumento de 4,6% do rendimento médio real habitualmente recebido pelas pessoas com rendimento de trabalho no acumulado entre 2013 e 2014. Segundo a PNAD do IBGE, esse crescimento do rendimento do trabalho foi ainda maior nos segmentos da construção (4,9%), dos serviços domésticos (9,1%), da agricultura e pecuária (7,1%).

A elevação dos rendimentos reais do trabalho, associada às quedas das taxas de lucro, reascendeu a luta entre o capital e o trabalho, que fora amenizada no governo Lula em virtude da conjuntura internacional favorável (dado o efeito China). Aquela conjuntura possibilitou um período atípico em foi que possível configurar um “jogo de ganha-ganha” entre as classes – um tipo de coalizão instável entre as burguesias (industrial, financeira e agrícola) e os sindicatos.

Assim, com a crise internacional de 2008, o “jogo de ganha-ganha” foi se tornando paulatinamente insustentável, mas o *mix* da política econômica do governo Dilma manteve as linhas gerais da conciliação. No longo prazo isso desembocou na deterioração

fiscal, pois a manutenção e a ampliação das isenções tributárias reduziram as receitas tributárias – que já vinham caindo com a desaceleração da economia fruto do cenário externo e dos impactos econômicos negativos da Lava Jato. Essa situação aconteceu quando as despesas financeiras do setor público estavam crescendo com o pagamento de juros (R\$ 1.467 bilhões no acumulado entre 2013 e 2016), em virtude da elevação da taxa Selic.

2.2 O ajuste sobre o trabalho

No plano da regulação, o governo petista da Dilma perdeu a capacidade de controlar os movimentos sociais a partir das “jornadas de junho de 2013”. Apesar da heterogeneidade, as jornadas foram constituídas majoritariamente por trabalhadores jovens com renda entre um e cinco salários-mínimos, que reivindicavam, entre outros motivos, melhorias no transporte públicos e redução de suas tarifas, melhorias na saúde e rejeição do sistema político (SAMPAIO, 2016; MATTOS, 2016).

A dificuldade da gestão Dilma em garantir as taxas de lucros e em controlar os conflitos sociais provocaram uma paulatina desconfiança dos setores dominantes. Eles começaram, em momentos diferentes do governo Dilma, a defender a redução do conflito distributivo por meio da redução dos custos trabalhistas e dos gastos públicos.

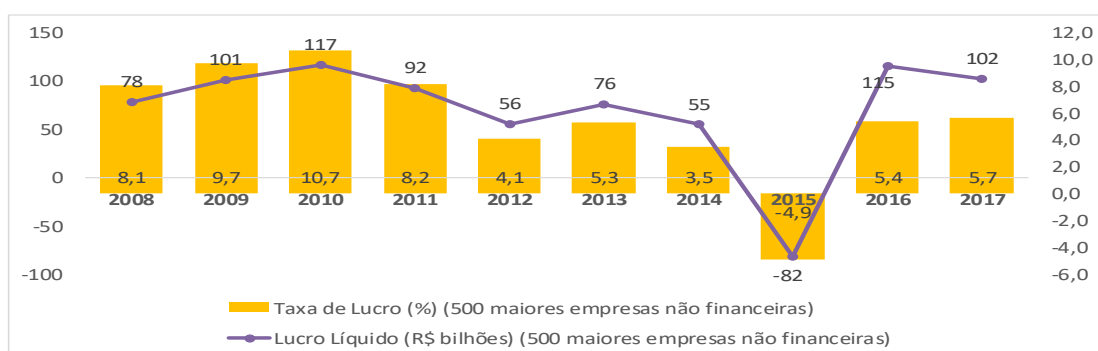
A campanha eleitoral de 2014 explicitou a perda de legitimidade da maneira de governar petista junto ao bloco no poder e à classe média tradicional. No caso da classe média esse posicionamento foi fruto da queda de seu poder de consumo e do desconforto oriundo da “ascensão social” dos extratos de baixa renda, dada sua identidade antipopular nos termos de Souza (2017). Diante disso, Dilma Rousseff adotou em sua campanha um discurso voltado aos segmentos mais pobres e aos movimentos sindicais e sociais, prometendo a continuidade da elevação da renda do trabalho e da inclusão social.

Mas antes mesmo de iniciar o 2º mandato, Dilma caminhou numa direção oposta ao prometido ao adotar políticas econômicas ortodoxas (austeridade), traduzidas em um ajuste fiscal, na elevação da taxa de Selic (de 10,9%, em 2014, para 13,5%, em 2015) e em propostas de mudanças nas leis trabalhistas e previdenciárias. Essas medidas aprofundaram a desaceleração econômica, já em curso, transformando o baixo

crescimento numa profunda recessão que impactou na elevação do desemprego (Tabela 1) e na redução de 0,2%, no acumulado entre 2015 e 2016, da renda média real dos trabalhadores. Em contrapartida com o período 2011/2014, essa queda foi ainda maior para os trabalhadores dos segmentos da construção (4,9%), dos serviços domésticos (9,1%), da agricultura e pecuária (7,1%), segundo a PNAD/IBGE.

A despeito de qualquer estratégia, a política econômica ortodoxa, todavia, não reestabeleceu a legitimidade entre o bloco no poder e o PT, pois as taxas de lucro dos segmentos não financeiros continuaram caindo em 2015, voltando a se recuperar em 2016 e 2017, mas ainda em patamares baixos, conforme pode ser visto no Gráfico 1. Seu efeito, ao contrário, foi provocar a fissura entre o governo Dilma e sua base social – os mais pobres e os movimentos sindicais e sociais – em virtude da queda do emprego e da renda dos trabalhadores. Vale ressaltar que a lucratividade dos bancos se manteve em um patamar elevado, mesmo durante a recessão.

Gráfico 1 – Taxa de lucro e lucro líquido das 500 maiores empresas não financeiras



Fonte: Revista Exame (Maiores e Melhores). Elaboração própria.

A crise de acumulação em 2015, que gerou a queda tanto na renda do trabalho como no lucro dos segmentos não financeiros, não reduziu o conflito distributivo, mas, ao contrário, ampliou-o, pois os lucros caíram numa velocidade maior que os rendimentos do trabalho. Ou seja, tanto os salários como os lucros, em 2015, seguiram numa espiral em queda livre.

Não por acaso, naquele cenário, o bloco no poder e suas frações passaram a patrocinar publicamente e junto aos seus representantes no Congresso a tese da inevitabilidade das reformas que tinha como objetivo realizar um enorme ajuste sobre a remuneração do

trabalho e os gastos sociais do Estado, sob o argumento que tais medidas destravariam a acumulação. Os setores dominantes se unificaram em torno do juízo de que a única alternativa para destravar a acumulação seriam as reformas neoliberais (trabalhista, previdenciária e do teto dos gastos) que repassavam o ajuste dos custos da crise para os trabalhadores – um “consenso da insensatez” dos setores dominantes.

Foi com essa plataforma (documento *Uma Ponte para o Futuro*) que o vice-presidente Michel Temer do PMDB se colocou como uma alternativa à presidenta Dilma. A partir disso, os segmentos dominantes passaram a apoiar o Golpe Parlamentar, metamorfoseado de *impeachment* – que será detalhado mais à frente –, o que foi central para Temer alcançar a presidência.

Assim como em outros momentos históricos, a classe dominante brasileira “[...] burlou [e burla] de maneira permanente e recorrente as leis vigentes, sacadas a fórceps de outros quadros históricos” (OLIVEIRA, 2012, p. 10) e adota uma resistência “[...] ultraintensa à mudança social”, voltando-se de forma “sociopática” para “a preservação pura e simples do *status quo* [defesa de privilégios e do lucro a qualquer custo]” (FERNANDES, 1962, p. 211).

O governo de Michel Temer, iniciado em maio de 2016 após o afastamento temporário de Dilma Rousseff, aprofundou a política econômica ortodoxa implementada em 2015, promovendo mudanças institucionais neoliberais, tais como: a aprovação do teto dos gastos e da reforma trabalhista. Isso expressou a defesa dos privilégios e do lucro a qualquer custo dos setores dominantes, mesmo que isso implicasse em passar por cima das regras (golpe parlamentar) e em empurrar parte expressiva da população à condição de enorme massa de condenados do sistema.

A aposta era que essa política ortodoxa e as reformas criariam um ambiente de confiança para os empresários que passariam a investir. A “fada da confiança” *per si* não trouxe, porém, os investimentos nem o crescimento esperado em 2017 e 2018 (ver Tabela 1).

3 A lava jato e a crise institucional

A crise de acumulação e realização de capital foi atravessada pela crise institucional fruto dos impactos do mecanismo utilizado pela operação Lava Jato para combater a corrupção. A sobreposição da crise econômica e institucional tem criado uma forte instabilidade política e social brasileira, em que os interesses externos são os maiores beneficiados.

3.1 O mecanismo da Lava Jato: a instabilidade como instrumento de poder

A origem da crise institucional em curso foi a flexibilização ou mesmo a quebra do regramento jurídico (leis e Constituição) no julgamento da Ação Penal 470 (AP 470), conhecida como Mensalão^{vi} pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Para Santos (2017, p. 168) “o nervo jurídico do argumento vitorioso no julgamento da AP 470 fraudou a lógica política e constitucional [...]” ao criar: a “disjunção epistemológica entre ser inocente e não ser culpado” e a “imputação de possibilidade objetiva e causalidade adequada” (a versão do STF do domínio de fato). Para este autor, esse foi o primeiro momento de intervenção jurídica na ordem política e, conseqüentemente, o primeiro embrião do mecanismo de flexibilização do regramento jurídico atrelado à falsa premissa de que se estaria construindo “uma solução nova para um problema novo (o da corrupção sistêmica)” (SANTOS, 2017, p. 168).

Com a operação Lava Jato este mecanismo de flexibilização do regramento jurídico foi alçado a um novo patamar. Em resumo, os instrumentos “extraordinários” adotados pela operação foram legitimados: (i) pelos grandes meios de comunicação; (ii) pelo STF via relatoria do Ministro Teori Zavascki que, em 2014, decidiu rever sua posição e devolver a competência das ações penais que envolviam deputados citados para o juiz de 1ª instância Sergio Moro; e (iii) pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF 4) no julgamento da conduta do juiz Sérgio Moro, em 2016 quando o mesmo retirou o sigilo da gravação telefônica entre a presidente Dilma e o ex-presidente Lula.

Com essa grande legitimidade junto à opinião pública e com um poder institucional quase que “ilimitado”, o mecanismo adotado pela Lava Jato (conduções coercitivas, prisões preventivas sem data definidas, entre outras medidas) no combate a corrupção adquiriu um novo *status*. Longe de ser obra do acaso, a operação adotou uma estratégia muito clara e consciente. Uma das evidências disso é o artigo de 2004 escrito pelo próprio juiz Sérgio Moro a respeito da Operação Mãos Limpas da Itália^{vii}, que resumia este mecanismo, a saber: vazamento/publicidade para os meios de comunicação → para gerar instabilidade → deslegitimação política (Congresso e Executivo) → legitimidade da operação junto à opinião pública (aumento do seu poder) → pressão sobre às instâncias superiores do judiciário, em especial o STF, para que essas não coibissem a flexibilização das leis (MORO, 2004).

Em outras palavras, a operação Lava Jato precisou gerar instabilidade política (um dos elementos centrais de sua estratégia), por meio de vazamentos ilegais para a imprensa, para pressionar os agentes políticos e as instâncias superiores do judiciário para prosseguir no combate a corrupção. Para que esta estratégia fosse efetivada, fez-se necessário formar um consórcio não formal entre a Lava Jato em Curitiba e os grandes meios de comunicação (Globo, Bandeirantes, Folha, Estadão). Com esse consórcio foi possível legitimar o mecanismo, junto à opinião pública, sem que fossem investigados os crimes de abuso de autoridade. Os fins (combate a corrupção e a refundação do Brasil) justificariam os meios.

O próprio juiz Sérgio Moro explicita a necessidade do apoio da opinião pública e da deslegitimação do sistema político para o avanço desse tipo de operação. Em suas palavras:

A deslegitimação [política], ao mesmo tempo em que tornava possível a ação judicial, era por ela alimentada. [...] O processo de deslegitimação foi essencial para a própria continuidade da operação *mani pulite*. Não faltaram tentativas do poder político para interrompê-la. [...] Na verdade, é ingenuidade pensar que processos criminais eficazes contra figuras poderosas, como autoridades governamentais ou empresários, possam ser conduzidos normalmente, sem

reações. [...] a opinião pública, como ilustra o exemplo italiano, é também essencial para o êxito da ação judicial [...] (MORO, 2004, p. 57)

Ele segue afirmando a respeito da importância da publicidade e de agir em conjunto com a mídia para deslegitimar a classe política: “A publicidade [...] garantiu o apoio da opinião pública às ações judiciais, impedindo que as figuras públicas investigadas obstruíssem o trabalho dos magistrados, o que, como visto, foi de fato tentado. Há sempre o risco de lesão indevida à honra do investigado ou acusado” (MORO, 2004, p.59).

Por um lado, o mecanismo adotado pela operação Lava Jato reforçou o poder dos grandes meios de comunicação, constituindo-se numa fração com capacidade de exercer força econômica e política. Por outro, garantiu maior poder da operação no aparelho de Estado e junto à população. No contexto de crise econômica e com apoio expressivo, a operação Lava Jato, que nasceu desvinculada do bloco no poder, conseguiu deslocar o centro de poder do Estado brasileiro para suas mãos com o objetivo de seguir na cassada à corrupção que para eles implicaria na refundação do Brasil, deixando para trás o capitalismo brasileiro patrimonialista.

Isso permitiu que a operação avançasse no combate a corrupção sem que as hierarquias superiores do judiciário e parte do sistema político estancassem o seu mecanismo de flexibilização das regras, o qual é sustentado pela sua capacidade de gerar instabilidade (na linguagem coloquial a sua força para “balançar o barco Brasil”).

Assim, com base em princípios supostamente éticos, empreendeu-se a completa criminalização da relação entre o bloco no poder e o Estado, relação que ocupa um lugar central na reprodução do capital, supondo-se que seria necessária e possível uma completa separação entre interesses privados e públicos.

Nesse sentido, os integrantes da operação Lava Jato, no plano argumentativo, estão imbuídos da missão de refundar o Brasil. Ou seja, desejam expurgar e cortar as árvores contaminadas pela corrupção para que novas flores e árvores possam nascer puras e livres do pecado original. Rodrigo Janot, o Procurador Geral da República, explicitou esta missão redentora ao comparar a refundação do Brasil, promovida pela Lava Jato, com o fim da escravidão, ao afirmar que: “[...] da mesma forma que o Brasil, há mais de cem

anos, descartou a escravidão e o sistema que simbolizava a resistência ao seu fim, hoje também a sociedade brasileira está pronta e sedenta por uma outra virada histórica: o fim da impunidade e o duro combate à corrupção no trato da coisa pública” (JANOT, 2016, pg. 6).

Para que possamos compreender essa identidade e interesse de classe é preciso apresentar o perfil desses agentes públicos. Os componentes da Lava Jato (juízes, procuradores e delegados federais) são funcionários públicos regidos por normas do direito administrativo e pelas exigências do sistema burocrático weberiano – que exige o combate a corrupção quando está é descoberta por meio do devido processo legal –, mas também são influenciados pela ideologia, interesses e identidades próprias da classe média alta brasileira, marcada pelo messianismo (BOITO, 2016). Em termos de remuneração, eles ganham entre 30 e 37 salários mínimos – inclusive alguns acima do teto constitucional –, sendo majoritariamente formados por bacharéis em direito (procuradores, juízes e delegados federais). Quanto aos procuradores e promotores do Ministério Público Federal (MPF), Lembruber et. al. (2016) afirma que eles apresentam um perfil elitizado, que se voltam cada vez mais ao combate à criminalidade, relegando a um segundo plano a defesa dos direitos e da justiça social da população que também é uma das funções do MPF.

A recompensa dessa tarefa “dura e difícil” dos integrantes da Lava Jato, em terras tupiniquins, se dá através de maiores salários, maiores benefícios, maiores poderes legais, inclusive para gerir fundos bilionários oriundos dos pagamentos de multas (da Petrobras e da Odebrecht) ao governo dos EUA, os quais foram redirecionadas para a operação Lava Jato de Curitiba^{viii}. Ou seja, os integrantes dessa operação seriam uma elite moral e intelectual isenta dos interesses particularistas e aptas a salvar o país. Pode-se interpretar isto como sendo uma expressão do messianismo muito característico da história da classe média brasileira, tal como foi o Movimento Tenentista da década de 1920.

Segundo Fornazieri (2016), a Lava Jato foi erguida pelo MPF como uma rebelião procuradorista/lavajatista que possui similitudes e diferenças com o movimento dos tenentes de 1920 que, como se sabe, buscava combater a corrupção e atacar a forma

política da República Velha. Esses dois movimentos estão associados às classes médias brasileiras, indo além de sua identificação burocrática de funcionários público.

O Movimento Tenentista, porém, diferentemente do projeto “lavajatista”, apresentava um projeto para a nação, no qual o fortalecimento do Estado e o avanço da industrialização ocupavam lugar de destaque. Os ecos desse movimento se refletiram na chegada ao poder de Getúlio Vargas e de seu projeto industrializante (BOITO, 2016; FORNAZIERI, 2016).

Por outro lado, o “lavajatismo” tornou-se um movimento que não aponta um projeto político para o país, a despeito de se comportar como um partido de classe média, pois acreditam que o combate à corrupção salvaria o país *per si*. Para eles a separação (criminalização) completa entre os interesses privados (mercado) e públicos (Estado) diminuiria a corrupção e geraria crescimento econômico *per se* – por trás dessa lógica haveria uma espécie simplificada de teoria da busca da renda (*rent seeking*), mesmo que alguns deles não tenham tido contato com essa literatura. Outro Ministro do STF, Luis Barroso, um dos mais veementes defensores lavajatistas, explicita isso ao afirmar que a corrupção brasileira seria fruto do “patrimonialismo, decorrente da colonização ibérica, marcada pela má separação entre a esfera pública e a esfera privada”; e da “onipresença do Estado, que exerce o controle da política e das atividades econômicas” (BARROSO, 2019, p. 10).

Como visto, os integrantes da Lava Jato adotam ao mesmo tempo um discurso argumentativo compatível com a burocracia weberiana e messiânico no que diz respeito a estratégia de refundação do Brasil. Dada a combinação entre elementos discursivos, estratégias e ideologia, denominaremos os integrantes da Lava Jato de weberianos-messiânicos. É evidente que esses dois conceitos são contraditórios quando utilizados juntos, mas essa contradição é a expressão do mecanismo utilizado pelos integrantes da força tarefa que combate a corrupção existente (conforme estabelecido pela sua função pública) utilizando mecanismos de flexibilização do regramento jurídico (“solução nova para um problema novo”), para refundar o capitalismo patrimonialista brasileiro (“messianismo”).

É evidente que a corrupção deve ser combatida por meio de processos legais, no entanto, os weberianos-messiânicos criminalizaram, neste interregno, quase qualquer tipo de

relação entre o privado e o público e demoraram em realizar os acordos de leniência com as empresas envolvidas em ilícitos. Isso provocou uma desestruturação de empresas e de suas cadeias produtivas, gerando uma destruição das bases produtivas, econômicas e sociais brasileiras, as quais são necessárias a qualquer projeto de nação.

Estimar os impactos diretos e indiretos da Lava Jato sobre a economia brasileira não é uma tarefa trivial, pois havia e há fatores outros que afetaram os resultados econômicos. A despeito disso, as consultorias Tendência e GO Associados estimaram de forma aproximada que essa operação contribuiu negativamente entre 2,0 e 2,5% ao ano nas quedas de 3,8% e 3,6% do PIB em 2015 e 2016, respectivamente.^{ix} Ou seja, mais da metade da recessão, entre 2015 e 2016, decorreu dos efeitos da Lava Jato, sobretudo nos setores de petróleo e de sua cadeia produtiva (metal-mecânica, indústria naval, etc.), da construção civil e da engenharia pesada.

Além desses impactos econômicos negativos, o mecanismo utilizado pela Lava Jato quando posto em movimento criou uma espiral de instabilidade e de deslegitimação de instituições centrais (políticas e do judiciário), em virtude das lutas pela sobrevivência individual e de grupos, que foi se retroalimentando a cada nova rodada da reação dos atores envolvidos e da contra reação da Lava Jato.

Nesse sentido, vale ressaltar que até a divulgação da gravação entre Joesley Batista, dono do frigorífico JBS, e o presidente Michel Temer – ato que será descrito à frente – a capacidade de gerar instabilidade, como instrumento de poder, estava sob controle da operação Lava Jato. No entanto, a partir daquele momento diversos atores e forças sociais passaram também a utilizar esse instrumento, o qual, quando utilizado por diversas forças sociais, tem levado a uma deslegitimação das instituições, provocando uma guerra de todos contra todos que inviabiliza a recuperação econômica e a construção de um consenso político que possibilite algum rumo para o país. Logo, “a única racionalidade de um processo insano como esse só pode ser encontrada nos interesses externos e naqueles que internamente os representam” (BICALHO, 2016, p. 2).

3.2 A Lava Jato e os interesses externos

A existente colaboração entre o Departamento de Justiça dos Estados Unidos e a Lava Jato nos lança luz a respeito da conexão entre os interesses externos e internos. Para muitos analistas, as primeiras informações sobre a corrupção na Petrobras e suas conexões com as empresas líderes da construção civil nacional, obtidas pela Lava Jato em Curitiba, teriam vindo do Departamento de Justiça americano repassadas, provavelmente, pela Agência Nacional de Segurança (NSA), a mesma Agência que espionou a Petrobras por estar interessada na exploração em águas profundas da camada pré-sal (BANDEIRA, 2016; METRI, 2016; ROCHA, 2016).

Isso não significa dizer que há um cérebro da Lava Jato fora do país, mas sim que ocorreu convergências de interesses entre agentes externos e internos. Os órgãos de inteligência americanos, ao passarem as informações sobre a corrupção na Petrobrás, inocularam uma bactéria perigosa no organismo institucional brasileiro^x, mas que, provavelmente, poderia ter sido contida por anticorpos institucionais básicos em sua fase inicial de proliferação.

No entanto, a bactéria foi se nutrindo e ganhando força em virtude dos alimentos fornecidos (crise econômica, republicanismo tupiniquim da Dilma, flexibilização do regramento jurídico, legitimidade da Lava Jato, impeachment/Golpe Parlamentar, messianismo) por diversas forças sociais nacionais (frações de classe, políticos, burocracia estatal, classes médias, STF, etc.) que buscavam alcançar seus interesses num contexto de crise econômica e política.

Essas forças sociais achavam que, cada uma delas individualmente, poderiam conter a contaminação bacteriana ou direcioná-la para destruir seus competidores, adversários e desafetos. Com isso, a bactéria ganhou uma força inimaginável e segue deixando um rastro de degradação institucional e de desestruturação de bases produtivas.

No que diz respeito aos interesses internos (integrantes da força tarefa), a colaboração com órgãos norte-americanos permitiu acessar informações sobre os mecanismos de corrupção intrínsecas do capitalismo patrimonialista brasileiro, criando, para eles – em seus delírios liberais difusos e messiânicos – as condições para “passar a limpo” o país, sendo necessário para isso um período de expurgação em que o combate a corrupção mais

do que compensaria a deslegitimação política e institucional e a desestruturação das empresas brasileiras.

A desestruturação das bases produtivas e institucionais brasileiras interessa sim aos agentes externos, especialmente aos norte-americanos e seu estado nacional, pois isso (i) possibilitou a abertura da exploração do pré-sal para as empresas estrangeiras e (ii) a ampliação de vendas de equipamentos para essa exploração por empresas estrangeiras, como a americana Halliburton ; (iii) desestabilizou o engajamento do Brasil aos arranjos configurados pelos BRICS; (iv) desestabilizou a presença das empresas de construção civil nacional (Odebrecht, OAS, Camargo Correia) na América Latina e África, abrindo espaços para novos entrantes; (v) permitiu a compra da Embraer pela empresa norte-americana Boeing; e (iv) possibilitou o acordo de uso da base de Alcântara pelos EUA (BANDEIRA, 2016; METRI, 2016; ROCHA, 2016; PINTO, 2019).

É sabido que no tabuleiro do sistema internacional os Estados nacionais mais poderosos patrocinam ou auxiliam o ataque contra outra estrutura econômica e institucional de menor envergadura. Nesse sentido, os agentes governamentais americanos, que colaboram com a Lava Jato, têm como objetivo maior (em essência) a defesa dos interesses do seu país (do seu Estado e de suas empresas), sendo que a defesa abstrata e idealizada contra a corrupção é apenas a aparência desse processo de colaboração.

Por outro lado, os condutores da Lava Jato não percebem esse tipo de movimento, pois eles estão enraizados em uma visão liberal difusa (combate ao capitalismo patrimonialista) e messiânica, sem levar em conta os interesses nacionais. Isso pode ser exemplificado com a iniciativa de uma instituição nacional (MPF brasileiro) em ajudar autoridades dos Estados Unidos a aplicar uma multa milionária contra a empresa brasileira Embraer – que foi acusada de pagamento de suborno para autoridades da República Dominicana durante negociações para venda de aviões.

Não seria demasiado lembrar que a Embraer – que foi comprada recentemente pela Boeing americana –, a Petrobras e a Odebrecht atuam no mercado internacional competindo com empresas norte-americanas e europeias. Poderíamos imaginar se algum procurador norte-americano repassaria informações de suas empresas nacionais para procuradores de outros países como o Brasil? Quando as empresas se internacionalizam

os estados nacionais funcionam como ponta de lança nesses processos, defendendo os interesses de suas empresas transnacionais em espaços estrangeiros.

Em linhas gerais, é possível afirmar que a criminalização da operacionalidade da acumulação capitalista brasileira, por parte da Lava Jato, tem funcionado como um mecanismo de desestruturação de empresas e de suas cadeias, o que abriu espaço para a entrada de empresas internacionais.

4 A crise brasileira em três atos: do golpe parlamentar de 2016 à vitória do Capitão Bolsonaro

Após apresentar os principais elementos constitutivos da crise brasileira, cabe agora apresentar os principais fatos estilizados, desde o *impeachment* de 2016, passando pelo governo Temer e o efeito Joesley, até a vitória eleitoral do Capitão Jair Bolsonaro.

4.1 Primeiro Ato – O Impeachment da Dilma Rousseff (o Golpe Parlamentar de 2016)

Apoiada na alta popularidade nos primeiros anos do seu governo (79% em março de 2013, segundo pesquisa CNI/Ibope), a presidenta Dilma agiu de forma voluntarista – sem uma sólida aliança interclasses e/ou uma intensa mobilização política dos trabalhadores – ao tentar enquadrar os aliados fisiológicos da sua base de apoio no Congresso (cena política) e os empresários (o bloco no poder do capitalismo brasileiro), especialmente os bancos em 2012 (SINGER, 2015). Ao estilo “weberiano tacanho”, ela avaliou que o seu poder estatal seria fruto de uma força própria, distinta do poder de classe e da luta entre trabalho e capital, o que possibilitaria realizar mudanças no *mix* da política econômica. A ex-presidente foi vítima de sua própria armadilha por acreditar que o Estado teria autonomia plena para comandar os processos de acumulação e de dominação.

Ao longo do primeiro mandato, o governo Dilma foi gradualmente perdendo capacidade organizativa e força política para pautar sua agenda no Congresso, abrindo espaço para que o deputado Eduardo Cunha (PMDB) se tornasse presidente da Câmara, sendo ele que, em 2 de dezembro de 2015, deu início ao processo de impedimento de Dilma. Para muitos analistas políticos, a dificuldade de Dilma em negociar e atuar no contexto do “presidencialismo de coalizão” teria sido a principal causa de seu *impeachment*. Ao adotarem essa explicação, eles interpretam a realidade de forma fenomenológica (no nível da aparência) e acabam adotando a disputa partidária como o elemento original da crise atual (disputas entre PSDB e PT, por exemplo).

É fato que o sistema partidário deve ser levado em conta para entender a crise; mas, o sistema político representa as práticas políticas e os interesses dos setores dominantes/bloco no poder nas suas relações com o Estado. É no âmbito dessas relações que são expressas o poder real (nível da essência) e se materializam as relações entre o bloco no poder e o Estado (e suas políticas).

Diante das dificuldades nas negociações políticas, da desaceleração econômica, das “jornadas de junho de 2013” e do acirramento do conflito de classes, a presidenta recuou em boa parte das medidas adotadas no início de seu mandato (entre 2011 e 2012), exceto em relação às desonerações fiscais para o setor privado e aos aumentos do salário mínimo. A tensão, tanto no sistema político como no bloco no poder, aumentava a cada dia e ganhou um novo patamar com a Lava Jato em 2014. Como visto anteriormente, a presidenta Dilma iniciou o seu segundo mandato buscando restabelecer a legitimidade, junto aos setores dominantes, por meio da adoção de uma política econômica ortodoxa e da proposição de reformas trabalhistas e previdenciária. Essas medidas empurraram a economia para uma profunda recessão.

É interessante notar que, apesar da recessão e das dificuldades da cena política, os setores dominantes (Rede Globo, industriais nacionais, oligarquias fundiárias, segmentos financeiros nacionais e agronegócio), até agosto de 2015, enxergavam o impedimento da presidenta Dilma como um processo que poderia agravar ainda mais a crise econômica, sobretudo, porque a oposição (PSDB, DEM e parte do PMDB) não chegava a um acordo. Com isso, passaram a emitir sinais para os seus representantes no Congresso que eram contra o *impeachment*, pelo menos no curto prazo, pois ainda acreditavam que o governo Dilma poderia realizar as reformas que os interessavam (PINTO et. al, 2016).

Naquele momento os setores dominantes brasileiros, apesar de não terem uma alternativa, se unificaram em torno do juízo de que a única alternativa para destravar a acumulação seriam as reformas neoliberais que repassavam o ajuste dos custos da crise de acumulação para os trabalhadores, pois para eles os entraves ao crescimento seriam fruto das políticas de ganhos reais do salário, da ampliação das políticas de proteção e dos gastos públicos com as políticas universalizantes (saúde e educação), decorrentes da Constituição de 1988.

O PMDB, especificamente, percebeu que dificilmente o bloco no poder apoiaria o impedimento da Dilma sem uma alternativa de sucessão (entre os partidos de oposição) e sem propostas concretas de política econômica e de reformas neoliberais. Assim, construiu essa proposta, expressa no documento *Uma Ponte para o Futuro*,^{xi} que se adequava aos interesses dos setores dominantes.

Com um projeto em mãos, os segmentos dominantes e os grandes empresários passaram a apoiar o impedimento da presidenta Dilma, a partir do final do ano de 2015. Isso permitiu que o então vice-presidente, Michel Temer do PMDB, fosse alçado ao cargo de presidente. O próprio, em discurso para investidores no EUA em setembro de 2016, admitiu que o impedimento somente ocorreu na medida em que o governo anterior não adotou o programa das reformas (VIEIRA, 2016).

Além disso, tão importante quanto o projeto econômico, foi a promessa feita pelo presidente Temer (e pela cúpula do PMDB) aos vários partidos (inclusive ao PSDB) de deter a operação Lava Jato por meio do STF ou por meio de mudanças constitucionais. A delação premiada de Sergio Machado (ex-presidente da Transpetro, subsidiária da Petrobrás), que gravou várias conversas dos principais líderes do PMDB, não deixa dúvidas sobre esse lado do acordo em troca do apoio ao *impeachment*^{xii}. Parar a Lava Jato era a outra parte do acordo do PMDB (com o bloco no poder e os partidos políticos) para alcançar a presidência por meio do Golpe Parlamentar metamorfoseado de *impeachment*. Pelo lado do bloco no poder (grandes empresários), interromper a Lava Jato significaria restabelecer as relações entre o bloco no poder e o Estado de forma mais tradicional e estável.

A presidenta acabou condenada, pelo legislativo, mediante uma acusação frágil associada às “pedaladas fiscais” – prática utilizada anteriormente por todos os governantes – e aos decretos que geraram gastos sem autorização. O Congresso somente conseguiu levar adiante o *impeachment* por meio da flexibilização do regramento jurídico de crime de responsabilidade e, ainda durante a votação do impedimento, manteve os direitos políticos de Dilma. Duas medidas antagônicas e ainda incompatíveis com o regramento legal.

Além do apoio do setores dominantes, o *impeachment* da presidenta Dilma foi impulsionado pela operação Lava Jato (Curitiba e Brasília) com a aceleração de suas atividades, tais como: prisão e delação do senador Delcídio Amaral; prisões e condenações, em 1ª e 2ª instâncias, de grandes empresários do ramo da construção civil; prisões e conduções coercitivas de políticos, inclusive do ex-presidente Lula; e, finalmente, a publicização ampla de uma ligação telefônica (grampo) entre Lula e Dilma, dentre outras medidas, que somente foram possíveis no contexto da flexibilização legal, ou até mesmo de ruptura das regras legais e de elevado apoio público aos weberiano-messiânicos.

O apoio e a atuação direta dos setores dominantes, da grande mídia, de boa parte dos políticos e da burocracia estatal em prol do impedimento de Dilma, associado à aceleração da Lava Jato, criaram a falsa impressão de que existia uma coordenação entre os segmentos dominantes, os políticos, parte da burocracia e a Lava Jato. É evidente que essas forças sociais se uniram pela remoção do PT e de Dilma, mas cada uma delas mirando interesses específicos, a saber:

- i) O bloco no poder procurou implementar as reformas para destravar a acumulação, enquadrando o trabalho e os mais pobres, e restabelecer a relação entre o bloco no poder e o Estado com a suposta desaceleração da Lava Jato prometida pelo PMDB;
- ii) A grande mídia buscou defender as reformas e, principalmente, aumentar seu poder econômico e político, diante das outras forças sociais do bloco no poder e do Estado, por meio do vazamento seletivo das informações da operação Lava Jato;
- iii) Os políticos, especialmente os do PSDB, visavam eliminar, ou reduzir, o PT da cena política e, sobretudo, interromper a Lava Jato por meio de medidas que seriam adotadas por Temer;
- iv) A classe média tradicional buscava reverter a queda de seu poder de consumo (com a elevação da inflação de serviços) e a “ascensão social” dos extratos de baixa renda.

- v) A Lava Jato ambicionava aumentar seu poder e legitimidade – por meio dos vazamentos para diversos órgãos da grande imprensa e da consequente deslegitimação do sistema político – junto à opinião pública em busca da continuação de sua empreitada contra a corrupção^{xiii}.

4.2 Segundo Ato – Governo Temer e efeito Joesley: deslegitimação do executivo e implosão do sistema político

Com o *impeachment* da Dilma, os empresários, o sistema político, a grande imprensa e parte dos economistas passaram a acreditar que a economia se recuperaria e o governo Temer executaria as reformas necessárias (trabalhista, teto dos gastos públicos e previdenciária) para reestabelecer a acumulação. O crescimento esperado não foi efetivado, mesmo com a adoção das políticas econômicas ortodoxas e com as reformas institucionais (trabalhista e teto dos gastos). Além disso, a instabilidade política permaneceu com o avanço da Lava Jato nas investigações que envolviam a cúpula do PMDB, evidenciando que não havia uma coordenação entre as forças sociais que apoiaram e impulsionaram o *impeachment*.

Antes de completar o primeiro mês de presidência interina, o governo Temer viveu a sua primeira crise política fruto do pedido do Procurador-geral da República (Rodrigo Janot), junto ao STF, de prisão de parte expressiva da cúpula do PMDB – Eduardo Cunha, Renan Calheiros, Romero Jucá e o ex-presidente da República José Sarney –, sob acusação de tentar obstruir a operação Lava Jato com base nas gravações realizadas por Sérgio Machado. Na ocasião o STF não acatou o pedido, constituindo-se em um dos primeiros movimentos de contenção do ímpeto messiânico lavajatista. Mesmo assim, o efeito político para o governo Temer foi a redução de legitimidade, tendo como consequência o pedido de demissão do senador Romero Jucá, um dos principais líderes do PMDB do cargo de ministro do Planejamento.

Esse evento e outros que se seguiram (para citar alguns: quebra de hierarquia da justiça quando um juiz de primeira instância de Brasília solicitou a prisão de agentes da polícia do Senado, função que caberia apenas ao STF; desobediência civil do Senado ao

não acatar a decisão do STF de destituição do seu presidente, o senador Renan Calheiros; o pleno do Supremo rasga a Constituição e cria um “jeitinho” para manter o presidente do Senado retirando-o da linha sucessória) explicitaram a deficiência de coordenação entre as forças sociais e o avanço da flexibilização e/ou ruptura do regramento legal (Constituição e leis), levando ao aumento da deslegitimação das instituições.

Isso aumentou a guerra em curso de todos contra todos, na qual os atores e as classes e suas frações são movidas por interesses imediatos e dispersos, ainda mais no contexto em que os interesses imediatos do bloco no poder estão desvinculados temporariamente do centro de poder do Estado brasileiro que, àquela altura, se encontrava na operação Lava Jato (*locus* institucional) e que representava interesses e identidades próprias da classe média alta brasileira.

Com isso, a dinâmica política, e seus efeitos sobre a economia, passou a ser fortemente influenciada pelo avanço da operação Lava Jato sobre os políticos e os empresários de diversos ramos e pelas reações do sistema político, empresarial e de parte do STF na tentativa de conter o poder da Lava Jato. Esse “jogo de ataques e contra-ataques” levou a operação a ampliar a utilização da instabilidade como instrumento de poder por meio da ampliação dos vazamentos seletivos divulgados na grande mídia com o propósito de obstaculizar os que tentaram refreá-los. Mesmo com recuos estratégicos, a Lava Jato seguiu avançando em virtude de sua legitimidade junto à opinião pública e de sua capacidade de pressionar o sistema político e as hierarquias superiores da justiça. Essa dinâmica de ataques e contra-ataques foi minando também a legitimidade dos poderes executivos, legislativos e do STF.

Esses eventos já seriam enorme fonte de deslegitimação institucional, no entanto, o mecanismo de instabilidade **mudou de patamar com a delação dos irmãos Batista** (donos do frigorífico JBS). Com essa delação, a Lava Jato Brasília (grupo de trabalho da PGR) conduziu operações controladas que (i) gravaram conversas embaraçosas de Joesley Batista como o presidente Temer e com o senador Aécio Neves – candidato do PSDB a presidente derrotado por Dilma no 2º turno das eleições de 2014 –, inclusive com pedido de dinheiro a Joesley; e que (ii) rastrearam o dinheiro (malas e mochilas com chips) pagos pelos irmãos Batista para os indicados pelo presidente e pelo senador,

respectivamente, o deputado Rodrigo Loures (PMDB-PR) e o primo do senador. Segundo a PGR esses pagamentos eram propinas^{xiv}.

Dado o exemplo da prisão do Marcelo Odebrecht e o “jogo de ataques e contra-ataques”, os irmãos Batista perceberam que era necessário realizar uma delação que incorporasse informações bombásticas para obter, junto à PGR, enorme redução de suas penas. Ou seja, para eles se salvarem (da justiça e das possíveis perdas econômicas de sua empresa) era necessário gerar uma enorme instabilidade. Isso ampliou a crise em curso, sobretudo nas dimensões política e institucional.

Com a crise política, o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, e a Globo direcionaram suas estratégias para criarem as condições para o *impeachment* do presidente Temer. Por outro lado, parte dos segmentos dominantes (inclusive alguns meios de comunicação como Estadão) passaram a criticar os mecanismos utilizados pela PGR na delação da JBS – os mesmos que foram adotados anteriormente e que foram legitimados pelos donos do poder e pela grande imprensa – e a apoiar o presidente Temer que estava realizando as políticas econômicas e as reformas desejadas pelos setores dominantes.

Mesmo com duas denúncias da PGR no Congresso, o presidente Temer conseguiu se manter no cargo com votações no parlamento que não considerou as provas das operações controladas da Lava Jato como uma situação de crime de responsabilidade – situação no mínimo inusitada quando comparada com o impedimento da presidenta Dilma Rousseff. Mesmo permanecendo no poder, o governo Temer perdeu ainda mais popularidade, o que impediu a aprovação da sua reforma da previdência.

Além de desgastar o governo Temer, a crise proveniente da delação da JBS deslegitimou o sistema político partidário brasileiro, especialmente o PSDB com as gravações do Aécio Neves. Parte expressiva da população, até aquele momento, acreditava que a corrupção era originária da chegada do PT ao poder. Aécio Neves (PSDB) no centro da operação e a sua permanência, tanto no seu partido como no cargo de senador, implicou numa ampliação das deslegitimação do sistema político e do STF junto à população.

Assim, até aquele momento, a instabilidade como instrumento de poder (capacidade de “balançar o barco Brasil”) estava sob controle da Lava Jato e da grande imprensa, sob comando da força tarefa. No entanto, a delação dos irmãos Batista mostrou aos acusados que para se salvar econômica e juridicamente seria necessário gerar instabilidade. Ou seja, para ter poder nas disputas das forças sociais, sob impacto do mecanismo da Lava Jato, era necessário gerar instabilidade (efeito demonstração Joesley).

Se, por um lado, a legitimidade da operação foi alcançada e proporcionou um elevado patamar de confiança da população nas instituições vinculadas a operação: Polícia Federal e Ministério Público. Por outro lado, verificou-se uma profunda perda de legitimidade das instituições políticas (Congresso, Partidos e Presidência da República) e da justiça (STF), que podem ser explicadas, em boa parte, pelo mecanismo da Lava Jato. Uma das poucas instituições, desvinculadas dessa operação, que conseguiram manter um elevado patamar de legitimidade junto à população foram as Forças Armadas.

Com o esgarçamento institucional, sobretudo após o efeito Joesley, as corporações estatais (Forças Armadas, Polícia Federal, agentes da Lava Jato, juízes fora da operação), os indivíduos, os pequenos grupos, os políticos, os empresários e os meios de comunicação perceberam que também poderiam utilizar a geração de instabilidade como instrumento de poder para alcançar seus interesses, quer sejam eles para o “bem ou para o mal” (e o que isso possa significar), como: não ir para a cadeia, prender corruptos, combater ou continuar a flexibilização das regras, parar a Lava Jato, aumentar o seu poder e legitimidade, vender mais jornal, manter auxílios moradias, atuar de forma direta na eleição presidenciais, gerir fundos bilionários, entre outros interesses.

4.3 Terceiro Ato – Fator militar e a crise institucional: a vitória de Jair Bolsonaro como efeito colateral da tragédia brasileira

No auge da crise, em 2017, após Temer ter permanecido no cargo, representantes das Forças Armadas, sobretudo o comandante do Exército Eduardo Villas Bôas, passaram a expressar publicamente diagnósticos, avaliações e preocupações a respeito das possíveis saídas da crise.

Naquele momento, aumentou o número de grupos organizados que clamavam pela intervenção militar. O Gal. Antônio Mourão, integrante do Alto Comando do Exército e atual vice-presidente, falou – numa palestra no dia 15 de setembro de 2017 – sobre a possibilidade de intervenção militar caso as instituições, em especial o STF, não conseguissem resolver a questão política associada ao combate a corrupção. O general afirmou que sua posição era a mesma dos seus pares da força e que, inclusive, já existia um plano operacional para a intervenção sem necessariamente determinar um “dia D” para isso (PINTO, 2019).

Apesar de diversos setores da sociedade terem expressado desconforto com as palavras do General Mourão, o seu comandante, o Gal. Villas Bôas, não desautorizou nada do que foi dito, exaltou o seu subordinado e ainda apresentou uma interpretação flexível, para não dizer equivocada, do artigo 142º (como atribuição das Forças Armadas) da Constituição para legitimar o argumento do Gal. Mourão. Villas Bôas afirmou ainda que o seu subordinado, quando falou das “aproximações sucessivas”, estava se referindo às eleições. Ou seja, a via eleitoral era um dos caminhos vislumbrados pelas Forças Armadas para restabelecer a ordem econômica, política e psicossocial.

Não por acaso, na eleição de 2018, um conjunto de militares da reserva se candidataram a cargos no legislativo e no executivo, inclusive o Capitão Jair Bolsonaro, que se elegeu ao cargo de presidente da República. O Gal. Villas Bôas afirmou, à época, que: “os militares estão sendo alçados a se candidatar como consequência do momento nacional, um País enfrentando tantas mazelas e dificuldades. Pesquisas de opinião junto à sociedade brasileira mostram que, entre as demais instituições, as Forças Armadas têm maior índice de confiabilidade”^{xv}.

Durante a campanha eleitoral de 2018, um grupo de oficiais da reserva do Exército (generais Augusto Heleno, Oswaldo Ferreira, Carlos Santos Cruz, entre outros) e da Aeronáutica participou ativamente na elaboração da proposta de governo do candidato Jair Bolsonaro (PSL) que teve como candidato a vice-presidente o Gal. Mourão. Esse grupo começou a ser formado em setembro de 2017, quando o Gal. Ferreira foi convidado para participar da elaboração de seu plano de governo. As linhas centrais do plano foram traçadas por esse grupo, que também levou em conta a opinião de apoiadores civis da

campanha (industriais, comerciantes, proprietários rurais e banqueiros) ^{xvi}. Naquele contexto, Jair Bolsonaro tornou-se o candidato dos integrantes das Forças Armadas brasileira.

Com a dificuldade da candidatura de Geraldo Alckmin (PSDB) em decolar, em virtude dos efeitos da implosão do sistema político após o efeito Joesley, parte importante dos setores dominantes passaram a apoiar a candidatura de Jair Bolsonaro que escolheu como seu assessor em economia o economista liberal Paulo Guedes com o objetivo de atrair apoio do mercado financeiro e garantir que seguiria as mesmas estratégias econômicas do governo Temer.

Além dos segmentos dominantes, a candidatura de Bolsonaro atraiu parte expressiva da classe média tradicional com o seu discurso antipetismo e de combate a corrupção. Esse segmento da sociedade, como afirmado por Souza (2017, p. 115), “desde meados do século passado no Brasil, é a tropa de choque dos ricos e endinheirados”.

Com os indicadores sociais alcançando patamares trágicos, e a irrupção da greve dos caminhoneiros em maio de 2018 que paralisou a economia do país contando com forte apoio popular, o discurso anti-sistêmico, anti-política, conservador, cristão, anticomunista e de combate a violência do candidato Bolsonaro também acabou por atrair os segmentos da sociedade brasileira com rendas menores. Esse tipo de discurso ganhou força em virtude da situação de instabilidade, de insegurança e de desemprego provocado pela crise econômica, política e institucional.

O discurso anti-sistêmico, anti-política e pró-Lava Jato da campanha do Bolsonaro acabou por “normalizar” a instabilidade como mecanismo de legitimidade junto ao seu eleitorado. Além disso, a atuação do comandante do Exército (Villas Bôas) com a pressão política junto ao STF – via Twitter que foi lido no Jornal Nacional da Globo – na véspera do julgamento da votação do habeas corpus do candidato a presidente Lula no STF, que naquele momento se encontrava preso (condenado pelo juiz Sergio Moro e pelo TRF-4) e era o primeiro lugar nas pesquisas eleitorais, teve influência direta no processo eleitoral.

A campanha de Bolsonaro ainda contou com a utilização de táticas de guerra por meio da desorientação da opinião pública (*fake news* no Whatsapp e no Facebook), instrumentos

conhecidos como de “guerra híbrida” que, segundo Leirner^{xvii}, somente conseguiriam ser empregados com estratégia e inteligência militares. Por fim, a divulgação, pelo juiz Sérgio Moro, de trechos da delação premiada do ex-ministro Antônio Palocci, atingiu o PT dias antes do primeiro turno. Moro se tornaria ministro da justiça do governo eleito Jair Bolsonaro, convite feito ainda durante a campanha eleitoral, segundo afirmou o vice-presidente Mourão^{xviii}.

Em linhas gerais, a vitória do Capitão representou a volta das Forças Armadas ao poder e a esperança do reestabelecimento da ordem econômica, política e moral. Não por acaso, o Gal. Villas Bôas, em discurso de despedida do comando do Exército, em 11 de janeiro 2019, afirmou:

“Excelentíssimo senhor presidente Bolsonaro e senhora Michelle. Festejamos suas presenças, assim como a nação brasileira festeja os sentimentos coletivos que se desencadearam a partir de sua eleição e assunção do cargo. O senhor traz a necessária renovação e a liberação das amarras ideológicas que sequestraram o livre pensar, embotaram o discernimento e induziram a um pensamento único (...)” [...] “2018 foi um ano rico em acontecimentos desafiadores para as instituições e até mesmo para a identidade nacional. Nele três personalidades se destacaram para que o 'Rio da História' voltasse ao seu curso normal. O Brasil muito lhes deve. Refiro-me ao próprio presidente Bolsonaro, que fez com que se liberassem novas energias, um forte entusiasmo e um sentimento patriótico há muito tempo adormecido. Ao ministro Sérgio Moro, protagonista da cruzada contra a corrupção ora em curso e ao general Braga Netto, pela forma exitosa com que conduziu a Intervenção Federal no Rio de Janeiro. Todos demonstraram que nenhum problema no Brasil é insolúvel” (BÔAS, 2018, p.1).

Nessa mesma cerimônia, Bolsonaro agradeceu o Comandante Villas Bôas “por aquilo que já conversamos e que morrerá entre nós. O senhor é um dos responsáveis por eu estar aqui [na posição de presidente]”^{xix}.

É preciso observar que a eleição do Bolsonaro, e a volta ao poder das Forças Armadas, foi o resultado do efeito colateral da crise que vivemos desde 2015, mesmo antes do golpe de 2016. As instituições estão se degradando paulatinamente em virtude dos instrumentos utilizados, inicialmente no julgamento do mensalão, e depois pela Lava Jato em sua busca da eliminação da corrupção.

Os primeiros sinais do governo Bolsonaro mostram que dificilmente a ordem econômica, política e institucional será reestabelecida. O presidente Bolsonaro (e seu clã) está muito mais para um “jacobino de direita” do que para um Bonaparte III tupiniquim, pois sua estratégia não é gerar uma ordem, mas sim manter e ampliar a instabilidade para se manter no poder.

Conclusões

Procuramos, ao longo deste trabalho, analisar a crise do capitalismo brasileiro buscando evidenciar que os problemas da acumulação se avolumaram com a crise institucional. Tal crise é fruto da utilização, por parte da Lava Jato, da flexibilização do regramento legal e da instabilidade como seu instrumento de poder para combater a corrupção. Esse mecanismo, quando posto em movimento, provocou uma guerra de todos contra todos no país.

Esse contexto crítico abriu a possibilidade para que certas forças sociais, desgarradas dos setores dominantes nacionais, as quais teriam pouca capacidade de controlar ou desestabilizar a ordem vigente, ganhem autonomia própria diante do bloco no poder e da cena política, passando pelos integrantes da força tarefa da Lava Jato (procuradores, delegados, juízes de 1ª instância), até Jair Bolsonaro, que se tornou presidente do Brasil.

A crise institucional, originária do mecanismo da operação Lava Jato e impulsionada pela vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, retroalimenta a crise de acumulação (baixíssimo crescimento econômico) que é aprofundada pelo “consenso da insensatez” dos setores dominantes brasileiros que apostam, desde o governo Temer, no ajuste fiscal e nas reformas (trabalhista, do teto dos gastos e da previdência) para estabelecer o crescimento. Tal postura acelera e aumenta a instabilidade.

Os Brumários tupiniquins permanecem com o governo Bolsonaro. Todos chantageiam todos para alcançar seus interesses específicos e as instituições seguem perdendo legitimidade, inclusive as Forças Armadas, que entraram no projeto bolsonarista. Diante disso tudo, os interesses externos são, por hora, os maiores beneficiados.

Referências

BANDEIRA, M. Moro e Janot atuam com os Estados Unidos contra o Brasil. **Jornal do Brasil**, 03/12/2016. Disponível em: <http://m.jb.com.br/pais/noticias/2016/12/03/moniz-bandeira-moro-e-janot-atuam-com-os-estados-unidos-contra-o-brasil/>

BARROSO, L. Empurrando a história: combate à corrupção, mudança de paradigmas e refundação do Brasil. In: PINOTTI, M. (Org.) **Corrupção**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2019.

BOAS, V. Palavras de Despedida. Exército Brasileiro, 2019. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/documents/10138/9474894/Despedida+GEN+VILAS.pdf/6eb20b68-0e0f-6bd5-d30a-096da6eede13>

BICALHO, R. A energia do Brasil: Mas que Brasil? **Blog Infopetro**, 28/11/2016. Disponível em: <https://infopetro.wordpress.com/2016/11/28/a-energia-do-brasil-mas-que-brasil/>.

BOITO JR, A Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR., A; GALVÃO, A. (Orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012.

BOITO JR, A. Lava-Jato, classe média e burocracia de Estado. **Revista Princípios**, n. 142, p. 29-34, julho de 2016.

BORGUES, B. Impacto dos erros (reais) da Nova Matriz tem sido muito exagerado”, Blog do Ibre, 08 de setembro de 2017. Disponível em: <http://blogdoibre.fgv.br/posts/impactodos-erros-reais-da-nova-matriz-tem-sido-muito-exagerado>

CARVALHO, J. Janot suspende delação de Léo Pinheiro e outros executivos da OAS. **OGlobo**, 22/08/2016. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/janot-suspende-delacao-de-leo-pinheiro-outros-executivos-da-oas-19969147>.

CARVALHO, L. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. Editora Todavia SA, 2018.

CODATO, A. N. & PERISSINOTTO, R. M. O Estado como instituição. **Crítica Marxista**, n.º 13, Editora Revan, 2001.

ESCOBAR, P. **Império do Caos**. Editora Renavan, 2016.

FERNANDES, F. **A sociologia numa era de revolução social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

FERNANDES, F. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1981.

FIANI, R. **Cooperação e conflito**. Elsevier Brasil, 2011.

FORNAZIERI, A. Tenentismo e Procuradorismo e o Partido do Estado. Jornal GGN, 2016. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/analise/tenentismo-e-procuradorismo-e-o-partido-do-estado-por-aldo-fornazieri/>

JANOT, R. **Discurso do Procurador-Geral da República. Seminário sobre Grandes Casos Criminais: experiência italiana e perspectivas no Brasil, 27/06/2016**. Disponível em: http://www2.cnmp.mp.br/portal/images/VERS%C3%83O_FINAL_Grandes_casos_criminais1.pdf.

KORYBKO, A. **Guerras Híbridas**. Expressão Popular: São Paulo, 2018.

LEMGRUBER, J. & RIBEIRO, L. & MUSUMECI, L. & DUARTE, T. **Ministério Público: Guardiã da democracia brasileira?** Rio de Janeiro: CESeC, 2016. Disponível em: http://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2016/12/CESEC_MinisterioPublico_Web.pdf.

LIMA, D. & DIAS, M. Assustado com Lava Jato, PIB cobra ação do Congresso. **Folha de São Paulo**, 06/11/2016. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/11/1829732-assustado-com-lava-jato-pib-cobra-acao-do-congresso.shtml>.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo (Col. Marx-Engels), 2011.

MATTOS, M. De junho de 2013 a junho de 2015: elementos para uma análise da (crítica) conjuntura brasileira. In: DEMIER, F. & HOEVELER, R. (Org.). **A onda conservadora. Ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p. 93-106.

METRI, M. Sob a Névoa da Conjuntura. **Jornal GGN**, 22/03/2016. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/noticia/sob-a-nevoa-da-conjuntura-por-mauricio-metri>

MORO, S. Considerações sobre a operação *mani pulite*. **Revista CEJ**, Brasília, n. 26, p. 56-62, jul./set. 2004

OLIVEIRA, C. Jeitinho e Jeitão: uma tentativa de interpretação do caráter brasileiro. **Revista Piauí**, edição 73, outubro de 2012.

OLIVEIRA, N. **Neocorporativismo e políticas públicas**. São Paulo: Edições Loyola/CEAS, 2004.

DAVIGO, P. Itália: um país resignado? In: PINOTTI, M. (Org.) **Corrupção**. São Paulo: Portfolio-Penguim, 2019.

PINTO, E. & BALANCO, P. Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 39-60, mar. 2014.

PINTO, E. & GUEDES PINTO, J. P. & BARUCO, G. & SALUDJIAN, A. & BALANCO, P. & SCHONERWALD, C. & NOGUEIRA, I. A economia política dos governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise. In: **XXI Encontro Nacional de Economia Política**, 2016.

PINTO, E. Bolsonaro e os Quartéis: a loucura com método. **Texto para Discussão do IE/UFRJ**, n° 06, 2019.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PROCESSO PENAL (Nº 12015 - PGR/GTLJ, vol. 1) (Delação Premida do Sérgio Machado), 2016. Disponível em: <http://estaticog1.globo.com/2016/06/15/PET-6138-Delacao-SergioMachado-VOLUME001.pdf>.

ROCHA, B. Os ataques sofridos em escala internacional pelas empresas líderes da engenharia brasileira: uma análise por esquerda. **Estratégia & Análise**, 2016.

SANTOS, W. G. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Editora FGV, 2017.

SAMPAIO JR., P. **Um desfecho melancólico: notas sobre o momento histórico e os desafios da esquerda**. In: IELA/UFSC, 2016. Disponível em <http://www.iela.ufsc.br/noticia/um-desfecho-melancolico-notas-sobre-o-momento-historico-e-os-desafios-da-esquerda>.

SERRANO, F. & SUMMA, R. Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico de 2011 a 2014. Texto para discussão, **Center for Economic and Policy Research**, 2015.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas. **Novos Estudos Cebrap**, nº 102, jul. 2015.

SOUZA, J. **A Elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato**. São Paulo: Editora Leya, 2017.

THEODOSIO, B. **Lucratividade, distribuição e tecnologia: os determinantes da dinâmica econômica do Brasil entre 2000 e 2016**. Dissertação de Mestrado, IE/UFRJ, 2019.

VIEIRA, I. Michel Temer diz que impeachment aconteceu porque Dilma rejeitou ‘ponte para o futuro’. **The Intercept Brasil**, 22 de setembro de 2016. Disponível em: <https://theintercept.com/2016/09/22/michel-temer-diz-que-impeachment-aconteceu-porque-dilma-rejeitou-ponte-para-o-futuro/>.

i O bloco no poder é uma unidade contraditória entre distintas classes e/ou frações de classes, sob a hegemonia no seu interior de uma dessas frações ou classes, em suas relações com o Estado capitalista (POULANTZAS 1977).

ii As instituições “são as regras do jogo em uma sociedade ou, mais formalmente, são as restrições elaboradas pelos homens que dão forma à interação humana. Em consequência, elas estruturam incentivos no intercâmbio entre os homens, quer seja ele político, social e econômicos” (North, 1990 apud Fiani, 2011, p. 3). Como bem observado por Fiani (2011, p. 03), as regras do jogo são compostas pelos “elementos formais (ou seja, regras formalizadas em documentos, frequentemente formuladas e aplicadas por alguma organização política, como o Estado) e elementos informais (regras de relacionamento consolidado pelo hábito e pela cultura de uma sociedade, em relação às quais as pessoas que as empregam muitas vezes nem se dão conta de que essas regras existem)”.

iii Os aparelhos/órgão/instâncias que concentram a capacidade de decidir (“poder efetivo”) são os “centros de poder” do Estado. Na verdade, eles são o lócus institucional onde as decisões fundamentais são efetivamente tomadas, inclusive sem nenhuma subordinação hierárquica a outra agência burocrática do sistema estatal. Esses centros de poder do sistema estatal podem se modificar ao longo do tempo, bem como podem assumir uma maior ou menor autonomia relativa perante algumas frações das classes dominantes, numa dada conjuntura histórica, pois o seu poder não emana do fato de possuir uma força própria distinta do poder de classe (ao estilo weberiano), mas sim da sua relação no âmbito da luta de classe e de sua capacidade de decidir (CODATO & PERISSINOTO, 2001, p. 23).

iv A operação Lava Jato investiga práticas de corrupção, realizada na Petrobras e em outros órgãos governamentais, que beneficiaram agentes públicos e empresas privadas. Em março de 2014, após a Polícia Federal (PF) prender o doleiro Alberto Youssef e o ex-diretor de Refino e Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, foi criada pelos Ministério Público Federal (MPF) em Curitiba a força tarefa da operação, que contou com procuradores (Deltan Dallagno, Carlos Fernando Lima, entre outros) do MPF e com o apoio de oito agentes, dois escrivães e cinco delegados (Felipe Hayashi, Igor Romário de Paula e Érika Marena, etc.) da PF. Tanto as operações como os julgamentos das ações penais foram realizadas na 13ª Vara Federal de Curitiba ocupada pelo juiz Sérgio Moro. Em janeiro de 2015, foi criado um grupo de trabalho de procuradores na Procuradoria Geral da República (PGR), em Brasília, com o objetivo de auxiliar nas investigações e acusações (de investigados com foro privilegiado) contando com auxílio do Procurador-Geral Rodrigo Janot na análise de processos em tramitação que eram enviados pelo juiz Sérgio Moro para a PGR. Algumas investigações foram transferidas para as Justiças federais do Rio de Janeiro e de São Paulo, configurando novas forças tarefas.

v Para uma discussão das interpretações heterodoxas ver Serrano & Summa (2015) e Carvalho (2018).

vi Mensalão é o nome dado à compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional do Brasil, que ocorreu entre 2005 e 2006, por parte de membros da base de apoio do governo Lula no Congresso, sendo objeto da ação penal de número 470, movida pelo Ministério Público no Supremo Tribunal Federal (STF).

vii A Operação Mãos Limpas (Mani pulite) foi uma grande investigação judicial realizada na Itália, ao longo da década de 1990, que visava esclarecer casos de corrupção que envolviam políticos, funcionários públicos e grandes grupos empresariais italianos (Enel, Eni, Fiat, Ferruzzi, Montedison) (DAVIGO, 2019)

viii Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/15/alexandre-de-moraes-suspende-acordo-entre-petrobras-e-forca-tarefa-da-lava-jato.ghtml>

ix Segundo matérias do Valor e do G1, do Grupo de comunicação Globo. Disponível em: <https://www.valor.com.br/valor-investe/casa-das-caldeiras/4672327/o-efeito-da-lava-jato-no-pib-se-confirmou-diz-gesner-olivei>; <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/12/sem-lava-jato-recessao-poderia-ser-3-vezes-menor-dizem-consultorias.html>

x A estratégia de guerra híbrida (táticas de guerra não convencional) tem sido uma prática adotada pelas grandes potências para desestabilizar os seus oponentes ou quem não segue as suas linhas. Isso vale tanto para os EUA, na Ucrânia e na Síria, como para a Rússia na eleição dos EUA e para a atuação da China na guerra cibernética. Para uma análise detalhada disso ver Escobar (2014) e Korybko (2018).

xi Documento disponível em: Disponível em: <https://www.fundacaoulisses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>

xii Essa passagem da delação de Sérgio Machado não deixa dúvidas a respeito da tentativa do PMDB em barrar a Lava Jato, com o apoio do PSDB: “QUE depois disso, o depoente [Sérgio Machado] tornou a BRASILIA nos dias 10 e 11 de março de 2016; QUE nestes dois dias conversou com os SENADORES ROMERO JUCÁ, RENAN CALHEIROS e com o ex-presidente SARNEY, primeiro com cada um e depois com o SENADOR RENAN CALHEIROS e SARNEY juntos; QUE novamente falaram sobre o que se estava pensando acerca da Operação Lava Jato e o que poderia ser feito para limitá-la; [...] QUE a primeira conversa foi com o SENADOR ROMERO JUCÁ, na casa deste, no PMDB, em Brasília/DF; QUE o SENADOR ROMERO JUCÁ confidenciou SOBRE tratativas com o PSDB nesse sentido facilitadas pelo receio de todos os políticos com as implicações da OPERAÇÃO Lava Jato; QUE essas tratativas não se limitavam ao PSDB, pois quase todos os políticos estavam tratando disso, como ficou claro para o depoente; QUE o SENADOR ROMERO JUCÁ sinalizou que a solução política poderia ser ou no sentido de estancar a Operação Lava Jato, impedindo que ela avançasse sobre outros políticos, ou na forma de uma constituinte; QUE JUCÁ aventou que essa constituinte poderia acontecer em 2018 e nela se poderiam rever os poderes do Ministério Público com o viés de reduzi-los; QUE o Senador RENAN CALHEIROS sugeriu que isso passaria por: (i) impossibilitar que réus presos façam delação premiada; (ii) acabar com o início do cumprimento das penas após a decisão de 2ª instância e (iii) clarificar a Lei de Leniência, de modo que uma empresa pudesse fazer acordo sem confessar crime; QUE após essas conversas ficou claro para o depoente que havia muitos políticos de diversos partidos procurando construir um amplo acordo que limitasse a ação da Operação Lava Jato [...]” (Processo penal..., 2016, p. 82)

xiii Há indícios de viés político dessa operação no que diz respeito às diferentes formas de atuação sobre os partidos políticos. Tal situação ocorre em decorrência da posição pessoal e de classes de muitos desses agentes públicos. Reportagens do Estado e da Folha mostraram, por exemplo, que durante a campanha eleitoral de 2014, alguns

importantes delegados da Lava Jato, usaram suas redes sociais, por um lado, para exaltar o candidato Aécio (PSDB); e, por outro, para atacar o ex-presidente Lula e a presidenta Dilma Rousseff (PT) que disputava a reeleição. Esse evento, bem como outros (condução coercitiva de Lula, desastrada apresentação do power point do procurador Deltan Dallagnol contra Lula, entre outros) evidenciam essa seletividade. No entanto, a unidade entre os agentes que compõem a Lava Jato vai além da disputa partidária entre PSDB e PT e está assentada na ideia difusa de que o combate a corrupção salvará o país.

xiv Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/dono-da-jbs-gravou-temer-dando-autorizacao-para-comprar-silencio-de-cunha-diz-jornal.ghtml>

xv Segundo matéria do jornal Estado de São Paulo em agosto de 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,candidaturas-de-militares-dobram-em-quatro-anos,70002446959>

xvi Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/qg-de-bolsonaro-em-brasilia-funciona-em-hotel.shtml>

xvii Disponível em: <https://apublica.org/2019/04/caminho-de-bolsonaro-ao-poder-seguiu-logica-da-guerra-diz-antropologo-que-estuda-militares/>

xviii Segundo matéria da Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/moro-foi-sondado-por-bolsonaro-ainda-durante-a-campanha-diz-mourao.shtml>

xix Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/o-senhor-um-dos-responsaveis-por-eu-estar-aqui-diz-bolsonaro-comandante-do-exercito-23341238>